
*Os ciborgues do Egito e a construção de próteses no tempo: antropologia, gênero e mundo antigo**

The cyborgs of Egypt and the construction of prostheses in time: anthropology, gender and the ancient world

Thais Rocha da Silva**

Resumo: Pesquisas relativas ao Egito ptolomaico têm se modificado nas últimas décadas. Primeiramente, desconstruindo o tom helenizante, o que permitiu que novas abordagens se constituíssem nesse período. Em segundo lugar, também contribuiu para o novo entendimento das relações entre mulheres e homens. Entretanto, a teoria antropológica e, especialmente, o trabalho de Marilyn Strathern não são considerados nessas novas pesquisas. Pretendo destacar algumas das lacunas deixadas pela ausência dessa parceria.

Palavras-chave: Gênero; Egito; Período ptolomaico.

Abstract: The studies on Ptolemaic Egypt has been changed in the last decades. Firstly by deconstructing the prevalent Hellenizing bias. This has provided new insights into the way identity was constructed during this period. Secondly, it has also contributed to a new understanding of the relationships between men and women. However, the anthropological theoretical debate and specially the work of Marilyn Strathern are not considered in these new researches. I intend to underline some of the gaps left by the lack of partnership.

Keywords: Gender; Egypt; Ptolemaic period.

“I flunked a test today, but I don’t mind.
It’s not denial.
I’m just selective about the reality I accept.”
Calvin and Hobbes, Bill Watterson

* Parte desse artigo é oriundo da minha dissertação de Mestrado, ainda em fase de redação.

** Mestranda no Programa de Estudos Judaicos e Árabes da FFLCH/USP. *E-mail:* thaisrds@gmail.com

Relativamente aos estudos sobre as mulheres no Egito, abarcando todos os seus períodos históricos, e que ganham espaço na historiografia a partir dos anos 80 (séc. XX), são estudos sobre as rainhas (como a clássica discussão sobre a beleza de Cleópatra ou a polémica em torno de Hatshepsut), análises demográficas, a vida das múmias..., e os historiadores do Egito parecem ter se dado conta de uma “nova abordagem” na sua produção intelectual. Ironicamente, é nesse mesmo período que se proliferam esses trabalhos, e que a antropologia visita o seu “cemitério”. A pós-modernidade tinha deixado algumas cicatrizes na academia.

Os estudos sobre a mulher, o feminino, as mulheres e o gênero chegam com um atraso considerável para a história das civilizações antigas,¹ visto que as discussões promovidas pela antropologia, pela história e mesmo pelas feministas nesse campo, já tinham se ramificado para outros níveis. O debate sobre a prática antropológica e a sua teoria caminhou, quase paralelamente, com o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres e o gênero no mundo antigo.

No entanto, o isolamento e o distanciamento decorridos da excessiva especialização, tanto dos antropólogos, como dos egiptólogos deixaram a produção intelectual sobre as mulheres egípcias desalojada. O texto que segue é fruto do reconhecimento de lacunas existentes entre os estudos de gênero e o mundo antigo, notadamente, o Egito ptolomaico.

Não pretendo traçar um histórico das discussões sobre a teoria antropológica no século XX, até por limites de formação. No entanto, o que me parece promissor é pontuar alguns aspectos que podem articular esses dois campos de estudo. Apesar de uma aproximação tímida entre antropólogos e egiptólogos (TRIGGER apud LUSTIG, 1997), ficou mais concentrada nos estudos sobre a arqueologia funerária e em alguns estudos sobre o cotidiano.

A obra de Marilyn Strathern (2006) sobre a Melanésia e sua discussão sobre as relações entre o feminismo e a antropologia podem elucidar novos caminhos para o estudo dos gêneros no Egito antigo. Não se trata de sobrepor a discussão stratherniana ao Egito, colar a sua “metodologia” sobre a Melanésia na Egiptologia. No entanto, a problematização dos conjuntos teóricos que cercam a antropologia, o feminismo e os estudos de gênero, aponta a caminhos com relação a uma certa paralisia no campo da história antiga. Ao mesmo tempo, os estudos de gênero, considerados por muitos egiptólogos como *démodés*,

não esgotaram a documentação egípcia. Trata-se de um problema anterior à análise das fontes. Mais ainda, a ideia de ser um “problema menor” denuncia a pouca intimidade dos pesquisadores do Egito antigo com o debate teórico que vem ocorrendo nos últimos 30 anos.

Questões como a limitação da linguagem acadêmica, a construção da ideia de sociedade e a invenção da categoria mulher e gênero são alguns dos itens dos quais a Egiptologia (e a história antiga, em geral) se apropriou inadvertidamente. Assim, a criação de algumas próteses teóricas podem ser muito úteis.

A proposta stratherniana de se fazer uma etnografia das práticas ocidentais de conhecimento pode ser levada mais a sério. Sua obra não tem contribuições apenas para a antropologia ou para os estudos melanésios, mas causa impacto sobre todas as ciências sociais. A ideia de uma “antropologia de nós mesmos”, se levada aos gabinetes dos egiptólogos, poderia abrir espaço para uma abordagem menos dogmática do Egito antigo. Paralelamente, os questionamentos levantados a partir dos teóricos do gênero poderiam acelerar alguns desses processos.

A egiptologia e as areias do tempo...

O Egito sob o domínio dos Ptolomeus (332-30 a.C.) apresenta uma diversidade de problemas aos seus pesquisadores. Além da cronologia, dos limites territoriais, da preservação e seleção de fontes, questões relativas à identidade dos egípcios passaram a ser relevantes num contexto de dominação grega, em que a maior parte das tradições nativas (egípcias) permaneceu ainda na documentação material e textual. As questões da identidade foram particularmente significativas para uma historiografia apoiada no debate pós-colonial e, por isso mesmo, manteve a ideia de que os egípcios ou foram assimilados pelos gregos ou resistiram a eles. Tais pressupostos têm sido gradativamente derrubados após um exame mais cuidadoso da documentação papiroológica, em especial os textos jurídicos em grego e demótico, sem contar, é claro, com a documentação material.

A história da Egiptologia pode trazer alguns indícios interessantes para se questionar alguns dos pressupostos usados, tradicionalmente, pelos estudiosos. Cabe ressaltar que a maior parte dos trabalhos sobre o mundo antigo (pensando tanto o *greco-romano* como o *oriental*) apresentava uma natureza bastante taxonômica. Do mesmo modo, a

institucionalização das pesquisas sobre a história do mundo antigo tem sua origem na criação e expansão dos impérios europeus no século XIX. É notável que as grandes escolas desse campo (ingleses, franceses, alemães e italianos) concebem nesse período conceitos como os de museu e civilização. (MOSEY, 2006). Não por acaso, isso criará um binômio fecundo para apropriações e distorções apoiadas numa concepção de história teleológica do mundo *ocidental*. Nesse sentido, a historiografia sobre a Antiguidade espelha, no fim do século XIX e começo do XX, a trajetória dos grandes impérios.

O caso da Egiptologia é particularmente interessante, na medida em que a nomenclatura utilizada para classificar sua história está baseada nesses modelos imperialistas.² A dominação de Alexandre e o helenismo e, posteriormente, a conquista romana, foram inseridos como marcos significativos na história do Egito. Representaram momentos de ruptura e foram traduzidos no vocábulo historiográfico, como sinônimos de progresso e evolução (helenização, romanização e cristianização). Simultaneamente ao estabelecimento desses marcos, entre o período nebuloso da cristianização e o advento do Islã no Egito – sobre o qual a produção acadêmica é escassa – a islamização está associada ao período de crise, à decadência, ao rompimento.

A disciplina Egiptologia tem um significado preciso nas ciências humanas: o estudo das populações do vale do Nilo de 3000 a 330 a.C., podendo se estender, no máximo, ao primeiro século da era cristã, com o domínio romano. Portanto, a área não incorpora os *não egípcios*. A *pré-história* egípcia não é uma área conferida aos egiptólogos, mas um pouco (e talvez) aos antropólogos, devido ao seu caráter excessivamente *primitivo* (JEFFREYS, 2003) apontando para uma maior essencialização dos egípcios.

Todavia, o ponto frágil da disciplina está no caráter das escolhas e valorações relativas aos processos históricos intrínsecos dos egípcios. Dito de outro modo, em que medida a Egiptologia, ao selecionar os seus *egípcios*, cristaliza uma visão limitadora, confirmando a ideia de que o Egito – assim como o *Oriente* – só pode ter o seu lugar na história se essa for a história do Ocidente. (SAID, 1990).³

O Egito antigo sofre de um duplo isolamento: o primeiro é pelos próprios egiptólogos, em seu campo de investigação, à medida que os egípcios desenvolveram, no quadro de populações do mundo antigo, características muito distintas das de seus vizinhos, a começar pela escrita, por exemplo. Esse aspecto *único* e *distinto* dos egípcios (narrado e

ressaltado pelos próprios autores antigos) promoveu uma grande especialização no meio acadêmico. O segundo é por parte da academia, que conferiu à Egiptologia um aspecto marginal dentro da história antiga, privilegiando o mundo greco-romano e recortando a história do Egito nesses moldes. A ponta desse novelo é difícil de encontrar: é possível que nós tenhamos acreditado nas fontes gregas e romanas mais do que nas egípcias? Ou ainda, será que a nossa visão sobre as fontes egípcias (*originais*) foi contaminada pelo isolamento que acomete a Egiptologia? Não pretendo responder a essa questão aqui,⁴ mas cabe demonstrar que o contato com a documentação histórica e mesmo com a história da própria disciplina pode colocar os elementos em outra perspectiva.

Em *Partial connections* (2004, p. XXI), Marilyn Strathern aponta: “So rather than trying to prove the point with data, I shall make data with it.” E se refere ainda:

If at each juncture something more is generated than something more acts as a kind of “remainder”, material that is left over, for it goes beyond the original answer to the question to encapsulate or subdivide the position (the question-answer set) by further questions requiring further answers. It opens fresh gaps in our understanding. (2004, p. XXII).

Esses *fresh gaps* tornam possível o contato entre as superfícies das áreas. Apesar das críticas (ou, em alguns casos, da falta delas) para a Egiptologia, foi justamente o seu afastamento que permitiu que muitas das abordagens (problemáticas) do feminismo não invadissem a investigação. Como dizia Graves-Brown (2008), o Egito não se encaixou em muitos “ismos” que queriam as feministas. Não se trata de retirar as areias do Egito, mas de incluí-las no exercício de análise.

Algumas questões sobre o gênero no Egito ptolomaico

A história da mulher no mundo antigo foi contemplada por muitos estudos relativos ao mundo greco-romano, devido à sua relação com a história europeia ocidental – e não por acaso chamada clássica – enquanto a região da Síria-Palestina entrou pela porta dos estudos bíblicos. (O'BRIEN, 1999). O Egito tardio recebeu atenção por conta dos estudos sobre o desenvolvimento do cristianismo e da Igreja no Oriente,

entretanto, o Egito helenístico, sob o domínio da dinastia ptolomaica, ao ser estudado, privilegiou a documentação grega.

Parte significativa dos estudos sobre gênero no Egito ptolomaico advém do trabalho com os textos. O uso da documentação demótica⁵ é ainda pequeno se comparado ao uso dos textos gregos no mesmo período. Essa escolha linguística não parece ser apenas uma particularidade na formação dos pesquisadores, uma vez que o número de estudiosos que conhecem o grego é muito maior daqueles que conhecem egípcio médio e suas variações. Trata-se de um viés que entende o *processo de helenização* como sinônimo de *civilização*. De um lado, os egiptólogos entendem que a invasão grega representa o fim do “esplendor faraônico”; os classicistas assumem esse período como sendo “incompleto”, já que não entendem o contexto e as transformações do período a partir de fontes gregas.⁶ Historiadores, como os antropólogos, parecem viver os mesmos dilemas, diz Strathern: “Much of the control that anthropologists exercise over their data rests on eliminating alternative perspectives in favor of the one view they adopt.” (2004, p. XIX). Assim, termos como: *helenismo*, *clássico* e *faraônico* ganharam um sentido fixo, colaborando para um enriquecimento das abordagens de pesquisa.

O estudo das relações de gênero no Egito ptolomaico poderia entrar no que Strathern chamou “exotismo mundano” ao se referir às mulheres: mundano como parte da vida cotidiana agora descoberta pela história, e exótico como território da disciplina profissionalmente preocupada com outras culturas. (2006, p. 73). O Egito ptolomaico opera essa alteridade constante na pesquisa sobre a Antiguidade, transitando entre os helenistas e os egiptólogos. As mulheres desse período, assimiladas como objetos, também pendulam entre os vários campos de investigação, como as feministas que projetaram, nas mulheres egípcias, modelos de emancipação e poder político.

Há um outro problema nesse terreno: as fontes demóticas não são necessariamente egípcias e, as gregas, necessariamente gregas. Há uma dupla projeção de identidades no uso desse material. Os demoticistas (mais recentemente) tenderam a exagerar o aspecto *nativo* (= egípcio),⁷ favorecendo um orientalismo que, ao invés de problematizar as relações, enfatiza o particular, o exótico. Papiros gregos e demóticos apresentam, praticamente, o mesmo tipo de documento: transferência de propriedades, taxas, recibos, etc. Interessante é notar que a linguagem dos textos não lhes conferia um *status* diferenciado, como propôs uma parte dos pesquisadores.⁸

Há, portanto, um problema: em que medida as fontes sobre as mulheres no Egito ptolomaico não foram também helenizadas e/ou orientalizadas pelos pesquisadores? Ainda, em que medida essa investigação, apoiada num modelo de mulher ateniense (e não macedônico), se apropriou de modelos de estudo de gênero ou de discussões acerca do feminismo, anacrônicos e inadequados?

O trabalho de Jane Rowlandson (1998) e Sarah Pomeroy (1984) são grandes referências sobre o tema. O primeiro, como um *sourcebook*, organiza e seleciona as principais fontes que permitem *apresentar* o assunto. A proposta, já no índice, denuncia a cristalização das análises e da seleção de fontes, colocando categorias, como: realeza e religião, questões familiares, *status* e lei, atividades econômicas e o que ela classifica como *being female* (nascimento, infância, educação, casamento, doenças, morte, ritos funerários, fraqueza e vigorosidade). O trabalho de Pomeroy, por outro lado, exclui a documentação egípcia e praticamente utiliza as mesmas categorias presentes no livro de Rowlandson.

If the study of women in antiquity is to contribute substantively to feminist scholarship or women's studies, it will be in the investigation of the origins and propagation of Western culture, and that will require "directing discussion toward history, society, culture", not the single text or author at all. (RABINOWITZ, 1993, p. 53).

Aqui me parece que a obra de Strathern encontra um de seus pontos de conexão parcial com esse campo. Em que condições se pode falar "dos outros"? Seu conceito-chave é a relação, como as diferentes áreas se iluminam. Nesse sentido, a busca pela "verdade do outro" teria espaço, agora, no próprio debate sobre como chegar a esse tipo de estudo. Não se trata aqui de se ter uma teoria *a priori*, aplicada aos dados, mas de usá-la transformada, na relação com sua prática.

O gênero, o feminismo e os ciborgues de Strathern

Muitas das teorias de gênero e alguns aspectos do debate feminista foram colados de forma simplista nas sociedades do mundo antigo. A colagem ignora qualquer *fresh gap*, portanto, de que maneira isso poderia ser transformado numa costura cibernética, num ciborgue?

O debate feminista para Strathern é um debate radical, não só pela sua conotação política, mas porque as feministas inventam a categoria *mulher*. Há uma competição metodológica entre o feminismo e a ciência social: de um lado, a antropologia relativiza; de outro, o feminismo unifica, com interesse no ponto de vista exclusivo das mulheres. Ao mesmo tempo, o saber feminista é interdisciplinar, primeiramente porque precisa se abrir a outras perspectivas e por conta da competitividade entre as suas abordagens internas. (STRATHERN, 2006, p. 55). A antropologia não, ela se fechou nela mesma por muito tempo, sobretudo quando levou a si própria ao divã pós-moderno. A história faz aqui um jogo duplo, se servindo de ambos conforme a conveniência do que se busca como *verdade* no passado.

Apesar da competição, tanto o feminismo como a antropologia partem dos mesmos pressupostos: que as sociedades são diferentes, mas que enfrentam os mesmos problemas da existência humana. A questão da igualdade está baseada na tentativa de mostrar que não há diferença. (STRATHERN, 2006, p. 65). Logo, o papel da antropologia seria o de contribuir para uma reflexão sobre a natureza convencional dos construtos de gênero, sobre a maneira como são conceitualizadas as diferenças entre masculino e feminino. (p. 69).

Mas se as feministas e os antropólogos querem promover a diferença, então qual é o ponto de tensão? Há uma operação de duas perspectivas em relação ao *outro*: para o feminismo não pode haver colaboração com o *outro* (relação assimétrica já que o *outro* = homens), enquanto, na antropologia, o *outro* precisa estar próximo (ser simpático) do nativo. (STRATHERN, 1987, p. 285). O diálogo entre os dois saberes fica frágil na medida em que ambos (feminismo e antropologia) têm potencial para minar um ao outro.

Mas para além desse estranhamento, Strathern (2006) percebeu uma acomodação interessante: o feminismo acomoda a antropologia como uma “outra voz”, e a antropologia acomoda o feminismo na mesma medida que apreende os sistemas intelectuais de outros povos. Dentro dessa epistemologia, a análise antropológica das relações homem/mulher, nas sociedades não ocidentais, não pode explicar a experiência ocidental, embora possa contribuir para ampliar as experiências sobre as quais as feministas precisam refletir. (p. 76). O pensamento feminista deve ser apreendido por seu valor como um *outro* especificamente concebido,

um componente com seus próprios objetivos e intenções, que não poderia ser coetâneo com os da disciplina como um todo. (p. 77).

O gênero, facilmente relegado à interação masculino/feminino, e, por sua vez, reduzida às preocupações das mulheres, e essas últimas, à domesticidade (STRATHERN, 2006), aparece como um substituto mais politicamente correto da história das mulheres, pluralizando os sujeitos, desnaturalizando as velhas categorias, operando numa ideia de assimetria, em oposição à ideia de opressão. (FRANCHETO, 1981). A grande contribuição da obra stratherniana é a de que o gênero não pode ser localizado apenas nos corpos, mas nas coisas também. Nem todas as sociedades – a partir do exemplo melanesiano – possuem a relação sexo/gênero que opera em antagonismos.

Na Melanésia, por exemplo, os ritos de iniciação extraem das pessoas o masculino e o feminino como no jogo figura e fundo, ou seja, para agir, é preciso acionar um deles. Portanto, o gênero só pode existir na relação. O gênero não pode ser uma identidade global, já que a identidade não pode ser vista, exclusivamente, como a posse de atributos qualificadores, no fato de um indivíduo *ter* as características que o tornam, de maneira não ambígua, masculino ou feminino. (STRATHERN, 2006, p. 112). Ao mesmo tempo, o simbolismo de gênero foi dominado pelo conceito de gênero como uma construção social ou cultural (= simbólica). O que está sendo construído é compreendido como se fossem os próprios papéis sexuais, o mundo cotidiano que os normaliza, como imagens ideais ou estereotipadas das relações entre os sexos. (p. 120).

Portanto, nesse quadro de discussão, as sociedades, de fato, não são mais apenas os mecanismos de solução de problemas, mas também de criação de problemas: “Se as mulheres são o mesmo problema em todas as sociedades, tem algo que deve ser respondido tanto em termos do que são as sociedades como do que são as relações entre os sexos.” (STRATHERN, 2006, p. 70). E “ao superar os problemas da natureza dos indivíduos, presenteia-os com problemas peculiares dos contextos em que estão envolvidos e com os quais têm de lutar”. (p. 69).

Nesse contexto, a relação entre os sexos é tida como naturalmente dada. Assim, as feministas que se esforçaram tanto para sair do efeito naturalizante, terminaram, paradoxalmente, se servindo dessa natureza para legitimar a sua luta.

A antropologia feminista funcionaria como um ciborgue, um híbrido: não inclui de pronto nem a antropologia nem o feminismo, mas pode ter pressupostos diferentes. Ao mesmo tempo, ambas trabalham para romper dicotomias, o feminismo homens/mulheres e a antropologia nós/outros. (STRATHERN, 2006, p. 72). A importância do feminismo é a autonomia relativa de suas premissas no que diz respeito à antropologia. O feminismo é uma prótese da antropologia que permite anexar mais um ponto de vista sem sair do perspectivismo.

A totalidade, para Strathern, não é mais o somatório das partes, como se tinha antes a antropologia, mas pode ser um fractal. Não é uma *coisa* dada em relação a outras *coisas*. A realidade tem lacunas, o ponto é colocar essas superfícies em contato e não criar um amálgama.

Strathern não é uma demolidora de teorias, mas aponta ao problema da nossa linguagem acadêmica que, num mundo pós-plural, se revela deficitária. O mundo pós-plural apresenta o conjunto de diferenças divididas em níveis, escalas, de modo que a diferença nunca acaba. Ela pensa o pós-modernismo como um diagnóstico e um problema metodológico nas ciências sociais. O ponto não é mais “dar voz aos nativos”, mas os ouvidos. O diagnóstico pós-moderno, fatalista, permite chegar a outros instrumentos de análise. Sua proposta de acúmulo é o fractal, em que a polaridade parte/todo é diluída. Isso só é possível porque assume que o problema não está na escala, mas na relação entre os infinitos do todo/parte.

Nesse novo modelo stratherniano, a definição de gênero utilizada pela historiografia no Egito ptolomaico, que se apropriou da construção da identidade (JORDANOVA, 1989), e que viu o gênero apenas como um “jeito de organizar o mundo” (SCOTT, 1988) fica obsoleta. Uma prótese que não articula, mas que imobiliza.

Considerações finais:

É possível transformar múmias em ciborgues?

A história antiga, ainda detentora de um certo poder do “aqui tudo começou” vem dilatando seus campos de pesquisa, ainda tateando uma discussão teórica mais elaborada com outras disciplinas. Ao mesmo tempo, os estudos de gênero têm demonstrado que os limites da linguagem, das abordagens e mesmo das lutas políticas não deve ser tomado como um ponto-final para encaminhar os novos rumos da investigação e da experiência.

A historiografia sobre o gênero no Egito ptolomaico, certamente, tem muito a se beneficiar com a ideia de ciborgue, pensada por Haraway e apropriada por Strathern. A desconstrução dos pressupostos ocidentais, das análises das fontes, da sobreposição do *helenismo* ao *mundo faraônico* pode oferecer novas conexões, como, por exemplo, como os egípcios concebiam o seu *feminino* e o *masculino*, como a entrada de um novo código, de uma nova linguagem impactou não a relação de *homens* e *mulheres*, mas de que maneira isso se construiu como questão, em respeito à (nossa) historicidade.

O jogo de aproximação entre antropologia e feminismo pode ser estendido na aproximação dessas mesmas áreas com a egiptologia. Durante muitos anos, os egiptólogos se isolaram e deixaram o estudo da sociedade egípcia quase inatingível, muitas vezes recluso em gabinetes e publicações exclusivamente acadêmicas. A antropologia, no esforço de dialogar com os nativos, desenvolveu uma metodologia da alteridade que, sem notar, também foi proposta pela egiptologia. Apesar de os egiptólogos terem um acesso restrito aos seus nativos, por meio dos textos e da documentação arqueológica, o caráter *exclusivo* do Egito antigo ante as demais populações do Mediterrâneo, auxiliou no exercício de identificar os perigos de abordagens anacrônicas. Foi justamente por isso que os estudos de gênero foram barrados pela egiptologia, o que provocou um efeito reverso, de limitar o diálogo que parecia profícuo entre o saber antropológico e o debate feminista. Essa barreira, apesar de ter preservado o material egípcio de muitos dos “ismos” da pós-modernidade, não deixou que questionamentos efetivos sobre a sociedade egípcia viessem a termo, dogmatizando novamente o conhecimento. A querela interdisciplinar precisa ser desfeita.

Desse modo, como dizia Wagner (1985), não se pode falar dos outros como se os outros tivessem cultura ou sociedade. Embora não possamos estar totalmente conscientes das nossas descrições, devemos ter em mente que a linguagem é um elemento de diferenciação. E se a linguagem utilizada deve ser a do “nativo” (no caso aqui, o demótico e o grego), como articular com o debate teórico contemporâneo? É de fato útil a aproximação entre as áreas? É legítima a “aplicação de teorias”? A obra de Strathern (e mesmo a de Wagner) pontua a necessidade de um reconhecimento de limites das disciplinas, não para que elas se mantenham enclausuradas e presas aos seus próprios dramas e dilemas. Mas para que haja mais *fresh gaps* e novas questões sejam propostas.

Notas

¹ A investigação sobre as mulheres egípcias existe há muito tempo, em Heródoto e Plutarco, por exemplo. Mesmo nos séculos XVIII e XIX, as pesquisas foram conduzidas ainda de modo antiquado.

² Vale notar, nos livros didáticos de História, do Ensino Fundamental e do Médio, ainda hoje, que o Egito é mencionado, em sua grande maioria, nos estudos do mundo antigo. Sua história acaba com a invasão islâmica. Do mesmo modo, o conteúdo tratado ainda se constrói sobre seu exotismo: pirâmides, múmias, deuses com cabeça de animais e a sua contribuição para o mundo ocidental.

³ Jeffreys (2003) e Tait (2003) encaminham o debate e a trajetória dessa discussão à academia inglesa, por exemplo.

⁴ O demótico é uma variação da escrita egípcia (hieróglifo) desenvolvida por volta de 650 a.C. e utilizada até o século II d.C. Posteriormente, seu uso declina e se restringe basicamente a textos pessoais.

⁵ Consulte-se O'Brien (1999). A autora apresenta um extenso quadro acerca da abordagem historiográfica nos últimos anos.

⁶ Interessante é notar a lista bibliográfica publicada pelo periódico *Enchoria* desde a década de 70 (séc. XX), no calor do “ressurgimento” do demótico na academia. O entusiasmo dos demoticistas ao se referirem à importância dos textos demóticos pode camuflar o seu oposto, a supervalorização dos textos gregos, mas não leva em conta que tal postura não considera a relação entre esses textos. O demótico é uma variação da escrita egípcia (hieróglifo) desenvolvida por volta de 650 a.C. e utilizada até o século II d.C. Posteriormente, seu uso declina e se restringe basicamente a textos pessoais.

⁷ Conforme Bagnall (1972) e Bagnall e Cribiore (2006).

⁸ Tendo em vista a discussão de Haraway e Strathern (1996, 2004, 2006) sobre a antropologia feminista, entendida como a somatória de perspectivas como próteses.

Referências

- ASANTE, K.; MAZAMA, A. *Egypt vs. Greece and the american academy*. Chicago: African American Images, 2002.
- BAGNALL, R.; CRIBIORE, R. *Women's letter from ancient Egypt. 300 BC-AD 800*. Michigan: The University of Michigan Press, 2006.
- BAGNALL, R. *The administration of ptolemaic possessions outside Egypt*. Toronto: University of Toronto Press, 1972.
- BARD, K. *Introduction to the archaeology of ancient Egypt*. Malden, Mass.: Blackwell, 2007.
- BOCK, Gisela. Challenging dichotomies: new perspectives on women's history. In: OFTEN, K.; PIERSON, R. R.; REDALL, J. (Ed.). *Writing women history: international perspectives*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991. p. 1-23.
- BRISCH, N. *Religion and power: divine kingship in the ancient world and beyond*. Oriental Institute Seminars 4. Chicago: Edwards Brothers; Michigan: Ann Arbor, 2008.
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990
- CAMERON, A. M.; KUHRT, A. (Eds.). *Images of women in antiquity*. Detroit: Wayne State University Press, 1983.
- CRIBIORE, R. *Gymnastics of the minds: Greek education in hellenistic Egypt*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993. v. 1.
- EGYPTOLOGY at the Oriental Institute of the University of Chicago. Chicago: Oriental Institute. The University of Chicago Printing Department, 1983. Disponível em: <<http://oi.uchicago.edu/research/pubs/catalog/misc/egyptology.html>>. Acesso em:
- FANTHAM, E. et al. *Women in the classical world*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1994.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 3.
- _____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1997.
- FRANCHETO, B. et al. *Antropologia e feminismo: perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981. v. 1.
- GINSBURG, C. O inquisitor como antropólogo. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 1, n. 21, p. 9-20, set. 1990/fev. 1991.
- GRAVES-BROWN, C. et al. Sex and gender in ancient Egypt. "Don your wig for a joyful hour". Swansea: Classical Press of Wales, 2008.
- HARRIS, W. V.; RUFFINI, G. *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Columbia studies in the classical tradition. Netherlands: Brill Academic Publishers; Martinus Nijhoff Publishers and VSP, 2004.
- IRWIN, R. *For the lust of knowing: the orientalisists and their enemies*. London: Penguin Books, 2007.
- JEFFREYS, D. *Views of ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations*. London: UCL Press, 2003.
- JORDANOVA, Ludmila J. *Sexual visions: images of gender in science and medicine between the eighteenth and twentieth*

- centuries. New York; London: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- KUBERSKI, P. Dreaming of Egypt: philosophy, psychoanalysis, and cinema. *SubStance*, v. 18, n. 3, Issue 60: Special Issue: Writing the Real, p. 75-94, 1989.
- KATZ, M. A. Ideology and the status of women in ancient Greece. In: HAWLWY, L.; LEVICK, B. (Ed.). *Women in antiquity: new assessments*. London: Routledge, 1995. p. 21-44.
- LEFKOWITZ, M.; FANT, M. B. (Ed.). *Women's life in Greece and Rome*. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2005 [1982].
- LICHTHEIM, M. *Ancient egyptian literature*. Berkeley: Berkeley University Press, 2006. v. 2, 3.
- LOPRIENO, A. *Ancient egyptian literature: a linguistic introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LEWIS, N. *Greeks in ptolemaic Egypt*. Connecticut: American Society of Papyrologists, 2001.
- MCAUSLAN, I.; WALCOT, P. *Women in antiquity*. New York: Oxford University Press, 1996.
- MOORE, H. L. *Feminism and anthropology*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- MONTSERRAT, D. *Sex and society in graeco-roman Egypt*. London; New York: Kegan Paul International, 1996.
- MOSER, S. *Wondrous curiosities: ancient egypt at the british museum*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- O'BRIEN, A. Private tradition, public state: women in demotic business and administrative texts from ptolemaic and roman thebes. Phd Dissertation. Chicago: University of Chicago, 1999.
- O'CONNOR, D.; SILVERMAN, D. *Ancient Egypt kingship*. Leiden; New York; Köln: Brill, 1994.
- ORTNER, S. *Making gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1996.
- _____. Theory in anthropology since the sixties. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge: Cambridge Press, v. 26, n. 1, p. 126-166, jan. 1984.
- PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, Campinas: IFCH-Unicamp, n. 48, p. 7-42, 2002.
- POMEROY, S. (Ed.). *Women's history and ancient history*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.
- _____. *Goddesses, whores, wives, and slaves: women in classical antiquity*. New York: Schocken Books, 1995.
- _____. *Women in the hellenistic Egypt*. Detroit: Wayne State University Press, 1984.
- _____. *Families in classical and hellenistic Greece*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- RABINOWITZ, N. S. *Feminist theory and the classics*. New York: Routledge, 1993.
- ROBINS, G. *Women in ancient Egypt*. London: British Museum Press, 1993.
- RODINSON, M. *La fascination de l'Islam*. Paris: Maspero, 1980.
- ROWLANDSON, J. *Women & society in Greek and Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. Orientalismo reconsiderado. In: SAID, E. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 61-78.
- SCOTT, J. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.
- SIMPSON, W. K. *The literature of ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

- SOIHET, R. A História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. ...
- SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. de. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.
- SOURVINOU-INWOOD, C. Male and female, public and private, ancient and modern. In: REEDER, E. (Ed.). *Pandora: women in classical Greece*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 111-121.
- STRATHERN, M. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- _____. An awkward relationship: the case of feminism and anthropology: signs. *Reconstructing the Academy*, Chicago: Chicago University Press, v. 12, n. 2, p. 276-292, Winter 1987.
- _____. Cutting the network. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, v. 2, n. 3, p. 517- 535, Sep. 1996.
- _____. *Partial connections*. Oxford: Rowman and Littlefields Publishers, 2004.
- TAIT, J. *Never had the like occurred: Egypt's view of its past*. London: UCL Press, 2003.
- TRIGGER, B. Ancient Egypt in Cross-cultural perspective. In: LUSTIG, J. (Ed.). *Anthropology and egyptology: a developing dialogue*. United Kingdom: Sheffield, 1997. p. 137-143.
- WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
- WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WATERSON, B. *Women in ancient Egypt*. New York: St. Martin's, 1991.

